

DESCONSTRUINDO BARREIRAS: O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E DO RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE SEXUAL

DISCONSTRUCTING BARRIERS: THE ROLE OF SCHOOL IN PROMOTING GENDER EQUALITY AND THE RECOGNITION OF SEXUAL DIVERSITY

José Veiga Vinãl Junior 1
Meyre Ane Sampaio Moreira 2

Resumo: Este artigo tem como objetivo trazer para o campo da reflexão e da discussão o papel da escola na promoção da igualdade de gênero e do reconhecimento da diversidade. Para tanto, pautou-se nos aportes teóricos de grandes pensadores e autores cujas obras ajudam a compreender a importância e os desafios de se debater sobre essas temáticas no cenário atual. A metodologia utilizada consistiu-se em pesquisar e analisar estudos já publicados sobre o assunto, por meio de bases de dados acadêmicos, livros, textos e revistas científicas. A partir da revisão bibliográfica, evidenciou-se a necessidade de desconstruir os padrões heteronormativos e promover a aceitação e valorização das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, assim como a superação de barreiras estruturais e estereótipos de determinadas categorias sociais. Trata-se de uma questão fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e livre da discriminação.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Fortalecimento de identidades. Igualdade de gênero. Papel da escola.

Abstract: This article aims to bring into the field of reflection and discussion the role of the school in promoting gender equality and the recognition of diversity. To this end, it was based on the theoretical contributions of great thinkers and authors whose works help to understand the importance and challenges of debating these themes in the current scenario. The methodology used consisted of researching and analyzing studies already published on the subject, through academic databases, books, texts and scientific journals. From the literature review, the need to deconstruct heteronormative standards and promote the acceptance and appreciation of different sexual orientations and gender identities became evident, as well as overcoming structural barriers and stereotypes of certain social categories. This is a fundamental issue for building a more inclusive society free from discrimination.

Keywords: Gender equality. Sexual diversity. Role of the school. Strengthening identities.

- 1 Doutorado em Linguística pela Universidade de Vigo-Espanha. Mestrado em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduação em Letras com Língua Espanhola pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professor Adjunto no Departamento de Educação – Campus I na UNEB-Salvador - Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8470536215269174>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5009-1551>. E-mail: jvjunior@uneb.br
- 2 Mestranda em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Especialista em Filosofia, Estudos Culturais e Pesquisa em Educação pela UNEB; Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR); Graduada em Pedagogia pela UNEB. Atualmente é Coordenadora Pedagógica na rede municipal de ensino de Salvador – Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4962862887127732>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1466-5906>. E-mail: melsmoreira@hotmail.com

Introdução

A diversidade sexual e a igualdade de gênero constituem-se em temas complexos no cenário atual, despertando debates e questionamentos acalorados sobre os padrões sociais e a construção de identidades. Neste artigo, cujo objetivo é trazer para o campo da reflexão e da discussão o papel da escola na promoção da igualdade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual, abordaremos a questão da igualdade de gênero como conceito como categoria de análise que vai além da simples ideia de igualdade formal, que busca tratar todos os indivíduos da mesma forma, questionando as estruturas sociais, culturais e políticas que perpetuam a desigualdade de gênero. Dessa forma, analisaremos a diferença de gênero sob a ótica das relações de poder existentes entre homens e mulheres, questionando como essas relações são construídas, reforçadas e mantidas por um sistema social que privilegia alguns grupos em detrimento de outros. Um exemplo disso é, o fato de que a diferença de gênero resulta em desigualdades no acesso a oportunidades de empregos mais bem remunerados e em diferentes formas de opressão e discriminação que as mulheres enfrentam.

Do mesmo modo, versaremos sobre a diversidade sexual como conceito que engloba a multiplicidade de identidades presentes na sociedade contemporânea. Embora formada e marcada pela diversidade, muitas vezes diferenças são percebidas e compreendidas a partir de conceitos e preconceitos equivocados, configurando-se como desigualdades. Para tanto, nos pautamos nos aportes teóricos de pensadores e autores cujas obras ajudam a compreender a importância e os desafios de se debater sobre essas temáticas no cenário atual. A metodologia utilizada consistiu-se numa revisão bibliográfica, analisando estudos já publicados sobre os temas por meio de livros, textos e revistas científicas, dentre outros.

Judith Butler (2018), questiona a ideia de que a identidade de gênero é determinada pelas características biológicas de uma pessoa e argumenta que a identidade de gênero não é fixa, mas sim uma construção social que, muitas vezes, é permeada por normas e valores impostos a nós, pela sociedade, desde o nascimento. Ainda segundo a autora, a sexualidade é fluida e, portanto, não deve ser reduzida a categorias binárias, tendo em vista que a orientação sexual e a identidade de gênero são influenciadas por uma variedade de fatores, podendo ser experimentadas de maneiras diferentes ao longo da vida de uma pessoa.

Simone de Beauvoir (2009), por sua vez, critica a ideia de que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens. Ela argumenta que a inferiorização das mulheres é uma construção social e afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 2009, p. 13). Para Beauvoir, a igualdade de gênero só será alcançada quando as mulheres forem libertadas das amarras impostas pela sociedade e puderem exercer plenamente sua liberdade e autonomia. Essa perspectiva crítica sobre a diversidade sexual, bem como a igualdade de gênero vai de encontro aos padrões impostos pelo patriarcado, que estabelecem uma dicotomia entre masculino e feminino. Ainda, Beauvoir (2009), aborda as formas de opressão e exclusão vivenciadas pelas mulheres, ressaltando como a sexualidade é instrumentalizada para a submissão feminina.

Sobre esse assunto, Michel Foucault (1988) analisa o poder e a sexualidade como elementos de controle social, defendendo a ideia de que a sociedade produz discursos e práticas que regulam e normatizam a sexualidade, tornando-a um instrumento de poder. Essas normatizações reforçam a heteronormatividade (norma/imposição social para que todos sejamos ou nos comportemos como heterossexuais), deslegitimando outras formas de expressão sexual, bem como reforçam atitudes sexistas e, por isso, urge-se a necessidade de criação de espaços de acolhimento e entendimento, que celebrem a pluralidade de identidades sexuais, a igualdade de gênero e reconheçam a importância do respeito aos direitos humanos.

Os temas da diversidade sexual e igualdade de gênero vem ocupando espaço, cada vez maior, nas discussões sobre educação e em diferentes contextos, com vistas a desenvolver ações que possam combater a discriminação e o preconceito, geradores de violência. Portanto, é fundamental a elaboração de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, a conscientização e o combate ao preconceito e a discriminação, assim como a promoção de uma cultura de respeito e valorização das diferenças. É nessa perspectiva, que trazemos para o campo da reflexão e da discussão o papel da escola na promoção da igualdade de gênero, assim como da diversidade sexual,

pois o trabalho a partir dessas temáticas dizem “respeito ao aprendizado da convivência social, cidadã e democrática, além de possuir um papel estratégico na promoção da igualdade de oportunidades, na inclusão e na integração social” (Junqueira, 2007, p. 1). A discussão acerca da diversidade sexual e de igualdade de gênero é fundamentalmente importante para o reconhecimento e o fortalecimento de identidades, mas ao mesmo tempo bastante polêmico e gerador de conflitos. Talvez por essa razão sejam pouco discutidos e debatidos dentro do ambiente escolar.

No final de 2010, o Ministério da Educação (MEC) lançou o kit “Escola sem homofobia”¹ e foi o suficiente para gerar discussões em todo o Brasil. Um vídeo², que faz parte do kit e que conta a história de uma jovem travesti em seu cotidiano escolar causou uma enorme polêmica e foi alvo de críticas de pessoas conservadoras. Para muitos, o vídeo não incentiva o respeito às relações homoafetivas e a diversidade sexual, mas sim ‘induz’ à homossexualidade dos alunos. O assunto ganhou enormes proporções e dividiu opiniões no país inteiro e, por conta disso, o Governo Federal sentiu-se obrigado a proibir a distribuição desse kit.

Diante desse cenário, surgem alguns questionamentos importantes, tais como: de que forma podemos alcançar a conscientização, o respeito e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero por meio da educação? Como podemos superar o preconceito e a discriminação, a partir da educação, se muitas vezes a própria escola é reprodutora de atitudes preconceituosas e discriminatórias?

De acordo com Santos *et al* (2008, p. 2),

A escola tem importante função no processo de conscientização, orientação e instrumentalização dos corpos da criança e do adolescente. A instituição escolar, ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo tem, historicamente, contribuído para (re)produzir e hierarquizar as diferenças. Essa tradição deixa à margem aqueles que não estão em conformidade com a norma hegemônica e, desta forma, não contempla a inclusão da diversidade sexual, proposta na atualidade.

Ainda em tempos contemporâneos, para muitos, todo aquele que foge ao padrão de sexualidade determinado pela sociedade passa a ser visto como doente, promiscuo e pervertido, devendo ser punido e excluído do convívio social. Em tempos contemporâneos, infelizmente, a sociedade ainda possui uma visão restrita quando se trata de sexualidade. Em seu livro “Sexualidade e Sociedade Contemporânea”, o autor Ricardo Ramos (2020) discute amplamente essa problemática, oferecendo uma análise profunda sobre como os indivíduos que fogem ao padrão de sexualidade imposto pela sociedade são tratados e marginalizados. Na página 56, ele destaca a importância de desconstruir estereótipos e preconceitos, a fim de construir uma sociedade mais plural e inclusiva, que valorize a diversidade e respeite os direitos e desejos de cada indivíduo.

De acordo com o pensamento de Tanno (2006), a grande maioria das pessoas sente repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Ainda, conforme a autora, “o heterossexismo descreve uma atitude de preconceito que acaba por suprimir os direitos de cidadania, classificando como inferiores pessoas cuja opção sexual é vista pelos heterossexuais como problemas sociais” (Tanno, 2006, p. 4).

No que tange a questão da desigualdade de gênero em nosso país, essa é uma problemática persistente, afetando mulheres em várias esferas da vida, como no mercado de trabalho, na política e na distribuição de recursos e oportunidades. No mercado de trabalho, por exemplo, as mulheres são frequentemente subvalorizadas e recebem salários menores em comparação aos homens, mesmo desempenhando as mesmas funções. Além disso, a presença feminina em cargos de liderança é baixa, com poucas mulheres ocupando posições de destaque nas empresas e nos órgãos governamentais (IBGE, 2023). Na política, a representação feminina também é reduzida, sendo que poucas mulheres ocupam cargos eletivos, tanto a nível municipal quanto nacional, o que resulta em uma falta de perspectiva feminina na formulação de políticas públicas. As mulheres, ainda, sofrem com a violência doméstica e sexual em níveis alarmantes.

Destarte, a partir das ideias e pensamentos de Guacira Louro (1997), acreditamos que a

1 Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em 03.nov.2023.

2 Encontrando Bianca, um dos vídeos do Kit "Escola sem Homofobia". Disponível em: <https://youtu.be/4Eb9UCT1138?si=UdMgNOhR7jlk7KzX>. Acesso em 03.nov.2023.

escola desempenha um papel crucial na formação de crianças e jovens, não apenas em relação ao conhecimento acadêmico, mas também no desenvolvimento de valores e atitudes. Portanto, para que a diversidade sexual e a igualdade de gênero sejam reconhecidas e respeitadas, é fundamental que a escola promova um ambiente inclusivo, onde todos se sintam seguros e acolhidos. Uma das primeiras medidas que as escolas devem adotar é implementar uma política de não discriminação, que inclua explicitamente a orientação sexual como uma categoria protegida e a igualdade de gênero como tema voltado para o desenvolvimento de ações afirmativas. Isso envolve combater o bullying, o preconceito, a discriminação e a violência baseados na orientação sexual e na diferença de gênero, bem como garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais. Além disso, a escola deve incluir a diversidade sexual e a igualdade de gênero nos seus currículos, de forma adequada à idade e ao nível de desenvolvimento dos alunos. Isso significa ensinar sobre o prisma de combate aos estereótipos e preconceitos, promovendo condições para a compreensão e o respeito mútuo, pois a escola é um espaço onde diversas relações se estabelecem diariamente.

Logo, é papel da escola promover ações que favoreçam a transformação social onde todo e qualquer cidadão possa gozar dos mesmos direitos, independente de quaisquer que sejam as suas diferenças. Isso implica em garantir recursos adequados de ensino, como materiais didáticos acessíveis, tecnologias assistivas e formação docente que prepare o professor para saber lidar com as questões de gênero e diversidade sexual dentro e fora da sala de aula.

Reconstruindo identidades: a diversidade sexual e a igualdade de gênero em tempos de mudanças

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira vem colocando em discussão temáticas importantíssimas para a afirmação e o fortalecimento de identidades conjecturando alternativas que possibilitem superar as desigualdades. Dentre elas estão as questões relacionadas a gênero e a diversidade sexual. Não se pode mais negar, tampouco ignorar, a necessidade de se refletir e discutir acerca desses temas, principalmente nas escolas. Esse debate é imprescindível e urgente, visto que em pleno século XXI assistimos, cotidianamente, noticiários e reportagens sobre atos de violência praticados contra homossexuais: são agressões verbais, físicas, psicológicas e morais, além de homicídios. Em relação às mulheres, é comum vermos noticiários sobre violência física e psicológica, como espancamentos, mutilações, estupro, abuso sexual, ameaças, intimidação, humilhação, assédio moral e sexual, controle excessivo, chantagem, feminicídio, entre outros.

De acordo com algumas pesquisas divulgadas recentemente, o Brasil é campeão mundial em assassinatos de homossexuais e um dos países com altos índices de feminicídio. Um relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)³ revela que, em 2022, ao menos 256 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros foram vítimas de morte violenta, ou seja, uma morte a cada 34 horas e segundo o Monitor da Violência, do portal G1 e do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP)⁴, em 2022 foram registrados 1.410 casos de feminicídio no país, o que representa uma média de 6 mortes por dia. Esses números colocam o Brasil como um dos líderes globais nesse tipo de violência contra as mulheres. Portanto, faz-se necessário todo um trabalho de conscientização social, para que haja o combate ao preconceito encorajando às pessoas a denunciarem atos de homofobia e discriminação de gênero, seja no ambiente de trabalho, em locais públicos ou em redes sociais etc.

Entretanto, apesar de uma realidade adversa, os homossexuais são organizados e, por meio dos movimentos gays se articulam em “defesa da visibilidade, da construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis” (Ferrari, 2003, p.1). Foi graças a essa organização e articulação que vieram as conquistas, principalmente, no campo legal, e hoje casais homoafetivos podem ter direito ao casamento civil e à conversão de união estável em civil com os mesmos direitos de um casal heterossexual, desde 2011. Embora este

3 Um LGBTI+ é assassinado a cada 34 horas no país, aponta relatório. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/mm-lgbti-e-assassinado-a-cada-34-horas-no-pais-aponta-relatorio-b8eb>. Acesso em 10.nov.2023.

4 Brasil registra pico de feminicídios em 2022, com uma vítima a cada 6 horas. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/justica/brasil-registra-pico-de-feminicidios-em-2022-com-uma-vitima-a-cada-6-horas/>. Acesso em 10.nov.2023.

ano de 2023 tenha sido apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de lei 5167/09, que visa proibir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o qual foi aprovado por 12 votos contra cinco, dia 10 de outubro, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados.

O argumento do deputado Pastor Eurico do Partido Liberal (PL)⁵ para envio e aprovação dessa lei é o de que homossexuais não podem procriar e, portanto, “as relações homossexuais não proporcionam o ganho social” e, por isso, não podem contribuir “para a substituição geracional”.

O texto ainda precisa ser analisado pelas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir ao plenário da Casa, mas tamanho absurdo só mostra que ainda há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que grande parte da sociedade brasileira se diz conservadora e é preconceituosa, onde muitos praticam atos homofóbicos, marginalizando, desrespeitando e discriminando homossexuais.

Sobre a violência praticada contra mulheres, a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – foi um marco na luta pelos direitos das mulheres e importante ferramenta no combate à violência de gênero. Ela contribui para a conscientização da sociedade sobre a gravidade desse tipo de violência e para a garantia dos direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade. Criada em 2006, em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que foi vítima de violência doméstica durante anos e ficou paraplégica após sofrer uma tentativa de homicídio por parte do marido, a Lei Maria da Penha tem como principal objetivo proteger as mulheres contra a violência doméstica e familiar, além de buscar a prevenção, punição e erradicação desse tipo de violência.

A Lei Maria da Penha, estabelece medidas de prevenção, assistência e proteção às mulheres, além de definir os tipos de violência doméstica e familiar. Além do mais, prevê penas mais rigorosas para os agressores e a criação de juzizados especializados para julgar os casos de violência doméstica. No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela lei, ainda há muito a ser feito sendo necessário investir em educação, conscientização e políticas públicas eficazes para promover a igualdade de gênero e acabar com a cultura da violência contra as mulheres.

A luta para o reconhecimento e a valorização da diversidade sexual e da igualdade de gênero tem crescido nos últimos anos e, atualmente, os principais meios de comunicação têm dado uma maior visibilidade às discussões sobre “valores, normas, conceitos e preconceitos relacionados à vivência da sexualidade humana, numa perspectiva de vislumbrar possibilidades de superação das desigualdades de direitos nesse campo” (Joca; Torres; Reidel, 2011, p. 4). Consoante com esse pensamento, Ferrari (2003) nos conta que as conquistas estão acontecendo porque os movimentos gays têm uma característica bem marcante e vem se fortalecendo desde o seu surgimento. Hoje, eles estão se dedicando também à educação.

Entretanto, de acordo com as ideias de Ferrari (2003),

A referência não é a educação formal, escolarizada, mas a todo processo educacional mais amplo: a essência da educação. O objetivo do movimento é a construção dos sujeitos, responsável pelas mudanças de visões, posturas, hábitos, transformação das pessoas [...] (Ferrari, 2003, p. 3).

Por intermédio das lutas e das políticas de enfrentamento dos movimentos gays, começam a surgir uma preocupação com a “efetivação de uma educação afirmativa voltada para a valorização e o reconhecimento das diferenças e diversidades sexuais” (Joca; Torres; Reidel, 2011, p. 8). Também foi uma conquista dos movimentos gays a realização da I Conferência Nacional de Direitos Humanos e Políticos LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e, hoje agregando a esse grupo, também, os Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais/Agênero, Pan/Poli sexuais, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+).

Complementando essa assertiva, Silva (2010) afirma que,

5 Comissão da Câmara aprova projeto que proíbe casamento homoafetivo. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>. Acesso em 10.nov.2023.

No Brasil, sob o adágio do “direito à diferença”, que expressa as lutas pela afirmação das identidades e pela denúncia das práticas de exclusões e silenciamento, realizou-se, em Brasília, em 2008, a I Conferência Nacional de Direitos Humanos e Políticos LGBTT, que teve como objetivo principal propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e para o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O desdobramento dessa conferência foi o lançamento em 14 de maio de 2009 do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTT, que apresenta para a sociedade as reflexões e proposições que deverão orientar as políticas públicas (Silva, 2010, p. 7).

Em relação ao reconhecimento da igualdade de gênero, nas últimas décadas, movimentos feministas têm ganhado força e visibilidade, lutando pelos direitos e pela igualdade de gênero. Esses movimentos têm promovido discussões importantes sobre os papéis de gênero e os estereótipos que limitam as mulheres. No campo da educação, por exemplo, é importante destacar que já existe uma preocupação em promover uma educação igualitária e inclusiva, que não diferencie as habilidades e capacidades de meninos e meninas, pois acredita-se que cada indivíduo deve ser incentivado a desenvolver todo o seu potencial, independentemente do gênero. Além disso, no mercado de trabalho, tem havido um maior reconhecimento da importância da igualdade de gênero, inclusive, vários países têm promulgado leis para garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres, exigindo que as empresas forneçam transparência salarial e adotem medidas para eliminar a disparidade salarial injusta. Aqui no Brasil, a lei da igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham a mesma função, Lei nº 14.611 de 03/07/2023, teve a iniciativa do Poder Executivo (PL 1.085/2023), e foi aprovado pelo Senado em 1º de junho, sendo sancionada pelo atual governo federal e passando a vigorar desde 04 de julho/2023.

Assim, diante desse contexto, acredita-se que uma forma de superação das desigualdades que geram o preconceito e a discriminação é fazer, pensar, construir e transformar com o outro, pois é na coletividade que a massa se faz ouvir e faz acontecer. E, um dos caminhos mais promissores para se alcançar tal objetivo é por meio da educação, visto que a escola também pode desempenhar um papel ativo na promoção da diversidade sexual e do reconhecimento da igualdade de gênero fora dos muros da instituição. Pierre Bourdieu (1999), traz importantes considerações sobre a diversidade sexual ao abordar as relações de poder e dominação presentes na sociedade. O autor destaca que o princípio da heterossexualidade compulsória é uma forma de opressão, uma vez que relega a sexualidade não heteronormativa a um espaço marginalizado. Bourdieu afirma, também, que “a imposição de papéis de gênero e o estabelecimento de uma ordem heteronormativa são estratégias que perpetuam a dominação masculina” (Bourdieu, 1999, p. 36).

Jack Halberstam (2011), com seu conceito de “fracassos de gênero” e Judith Butler (2018), com sua teoria de que gênero é uma construção contínua e fluida, provocam uma reflexão profunda e importantíssima sobre a diversidade de identidades de gênero que existem além da dicotomia masculino/feminino. Esses autores e suas obras nos ajudam a compreender a importância e os desafios da diversidade sexual e da igualdade de gênero no cenário atual. Eles evidenciam a necessidade de desconstruir os padrões heteronormativos e promover a aceitação e valorização das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, assim como na superação de barreiras estruturais e estereótipos de determinadas categorias sociais. Trata-se de uma questão fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e livre de discriminação.

No entanto, apesar dos avanços na discussão acerca da diversidade sexual e da igualdade de gênero, ainda enfrentamos barreiras e desafios, visto que as opiniões conservadoras e preconceituosas prevalecem em diversos segmentos sociais, dificultando a promoção de uma cultura de respeito e valorização da *diversidade*. A luta por direitos iguais e a inclusão de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, gênero, raça, religião, dentre

outras, continua sendo uma demanda urgente e necessária. Portanto, é imprescindível que a sociedade como um todo se engaje nessa reflexão e atue de forma a desconstruir estigmas e preconceitos, com vistas a acabar com a discriminação.

Rompendo paradigmas: a responsabilidade da escola no reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero

O papel da escola no reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero é um tema de extrema importância no atual contexto social, tendo em vista que ela tem um papel fundamental na formação dos indivíduos e, por isso, deve se empenhar em promover o respeito e a valorização das diferenças, inclusive a diversidade sexual e igualdade de gênero. Para Arroyo (2007), a escola deve ser um espaço de aprendizagem plural e democrático, acolhendo a diversidade de identidades e orientações sexuais das pessoas. Ele destaca a importância da educação inclusiva, que respeite e valorize a singularidade de cada um, promovendo um ambiente acolhedor e seguro para todos. Ainda de acordo com Arroyo (2007), é fundamental que a escola proporcione uma educação que problematize estereótipos e preconceitos, contribuindo para a desconstrução de práticas discriminatórias e padrões heteronormativos. Nesse sentido, é preciso que os currículos escolares incluam conteúdos que abordem a diversidade sexual e valorização da igualdade de gênero de forma respeitosa e contextualizada.

Outra autora que contribui para a discussão sobre o papel da escola na promoção da diversidade sexual e igualdade de gênero é Guacira Louro (1997). Para ela, a escola deve ser um espaço de formação não apenas acadêmica, mas também de desenvolvimento humano, onde as diferenças sejam valorizadas e respeitadas. A autora, ainda, destaca a importância de uma abordagem que vá além da simples tolerância, mas que promova o reconhecimento e a valorização das identidades e orientações sexuais diversas. Para tanto, ela defende a necessidade de se discutir essas temáticas de forma mais ampla, incluindo questões de gênero, raça e classe social, por exemplo. Além disso, a autora ressalta que a escola precisa formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de entender a complexidade das relações humanas e se posicionar de forma ética diante das diferenças.

Dessa forma, é fundamental que a escola assuma o seu papel na promoção da diversidade sexual e, também, no reconhecimento da igualdade de gênero, atuando de forma inclusiva e democrática, com vistas a garantir que todos os estudantes se sintam acolhidos e respeitados, independentemente de sua sexualidade ou identidade de gênero. Para começar, é necessário que a escola promova a educação sexual de forma abrangente, incluindo conteúdos que abordem a diversidade sexual e de gênero, o que pode ser feito através da inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares e de recursos didáticos que contribuam para uma educação inclusiva. Além disso, a escola pode criar espaços de diálogo e reflexão sobre questões de diversidade e igualdade, promovendo debates e atividades que estimulem a discussão e o respeito às diferenças. É importante também formar os educadores para lidar com essas temáticas de forma sensível e respeitosa, bem como na inclusão de conteúdos relacionados às mesmas nos currículos escolares.

Segundo Nascimento (2016, p. 42), “a escola, como instituição social, tem um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e preconceitos [...], contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, pois é através da educação que se pode promover transformações e garantir o respeito à diversidade. Para Queiroz (2018, p. 55), “a escola precisa ser um espaço acolhedor e seguro para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual” e identidade de gênero. A autora argumenta que a escola deve promover atividades pedagógicas que tratem sobre a temática, como debates e discussões em sala de aula, para que os estudantes possam compreender e respeitar as diferenças.

Dentro deste contexto, a educação desempenha um papel relevante na promoção da aceitação da diversidade sexual, assim como do reconhecimento da igualdade de gênero, como afirma Geraldo (2015, p. 78) ao dizer que “a educação sexual não se restringe apenas ao conhecimento biológico, mas também engloba aspectos afetivos, emocionais e sociais”. Por conseguinte, se faz necessário discutir as diversas formas de orientação sexual e identidade de

gênero de forma inclusiva e respeitosa, para que os estudantes possam compreender e aceitar que somos 'diferentes', mas com direitos iguais. No entanto, é importante ressaltar que a responsabilidade de educar para a aceitação das diferenças não deve recair apenas sobre a escola, como destaca Santos (2017, p. 64), pois "a família e a sociedade também desempenham um papel fundamental na formação dos indivíduos".

Portanto, é necessário um trabalho conjunto entre a escola, a família e a sociedade para que a educação para a aceitação se efetive e "a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica o reconhecimento da inconclusão do homem e do mundo" (Freire, 2014, p. 98), assim como os desejos e prazeres são politicamente organizados e regulamentados, através de discursos, políticas públicas e instituições (Heilborn, 2001).

Em suma, a escola tem o poder de transformar a sociedade através da educação e, para isso, deve fomentar o reconhecimento e o respeito à diversidade independente a qual categoria pertença, conforme defendem os autores citados, sendo necessário que a instituição de ensino assuma o seu papel na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de valorizar as diferenças e atuar de forma ética diante dos desafios do mundo contemporâneo.

A formação docente como estratégia para superação das desigualdades

As discussões acerca da questão da diversidade sexual e do reconhecimento da igualdade de gênero têm tido alguns avanços nos últimos anos, mas como dito, anteriormente, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Discutir sobre diversidade sexual e reconhecimento de gênero não é tarefa fácil, pois tratam-se de temas bastante polêmicos e que são respondidos com silêncio, repressão, censura, discriminação e preconceito. Acredita-se que por essa razão, não sejam muito discutidos nas escolas, como nos diz Duran (2016):

"Infelizmente, a grande maioria das escolas ainda não aborda com a devida importância a temática da diversidade sexual e do reconhecimento de gênero. Esta falta de discussão contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, tornando mais difícil para os estudantes LGBTQ+ se sentirem acolhidos e compreendidos dentro do ambiente escolar (Duran, 2016, pág. 41).

Entretanto, apesar de toda a complexidade das temáticas, a necessidade em debate-los e discuti-los é urgentíssimo para reflexões e busca de ações "na luta por direitos, por visibilidade, por reconhecimento e emancipação [...]" humana (Ferrari, 2003, p. 106). Posto isto, salienta-se que, também, é papel da escola contribuir para a conscientização sobre o respeito às diferenças e a diversidade, com vistas à desconstrução de paradigmas, à quebra de tabus e a superação do preconceito. Mas como podemos alcançar tais objetivos, se muitas vezes a própria escola é reprodutora de atos discriminatórios?

Uma pesquisa realizada, em 2004, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em quatorze capitais brasileiras, revela que, inúmeras vezes, os professores não apenas tendem a silenciar frente à homofobia, por exemplo, como colaboram efetivamente na reprodução dessa violência (Abramovay; Castro; Silva, 2004).

De acordo com essa pesquisa,

Entre professores/as do país: 59,7% julgam ser inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais. Outra pesquisa, realizada em algumas capitais do país, constatou que uma parcela significativa de professores/as acredita que a homossexualidade é uma doença: 12,0% em Belém, 12,1% em Recife, 12,4% em Salvador, 14,0% em Brasília, 15,3% em Maceió, 15,9% em Porto Alegre, 16,3% no Rio de Janeiro, 17,1% em Goiânia, 20,5% em Manaus, 22,0% em Fortaleza (Abramovay; Castro; Silva, 2004, p. 277-304).

Para Tanno (2006, p. 6), o preconceito que silencia professores e educadores torna jovens gays, lésbicas e bissexuais pessoas invisíveis e/ou vulneráveis dentro da sala de aula, favorecendo a criação de estereótipos, atos de violência e atitudes de discriminação contra os homossexuais. O silêncio, diante do preconceito, diante das questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero também é uma forma de violência. Sobre esse assunto, Santos (2007) afirma que o silêncio “comunica, traduz a mensagem da omissão, do despreparo, do preconceito velado, da dificuldade de lidar com o tema”. Ainda segundo a autora, há uma parcela grande de professores que colaboram com as práticas de preconceito e discriminação. Muitos “assumem explicitamente uma posição homofóbica em sala de aula, fazendo discursos moralistas de repressão ao homossexualismo, contando piadas, corroborando com a estigmatização de alunos que revelam tendência homossexual” (Santos, 2007).

Sendo assim, na busca pelo reconhecimento, respeito e tolerância à diversidade sexual,

Cabe a escola entender e discutir as dimensões dos papéis sociais que são impostos a estes alunos, compreendendo que o espaço escolar deve promover e constituir o aprendizado do conceito de identidade dos sujeitos, sem questionar e reforçar a formação da identidade em nível biológico (Tanno, 2006, p. 6).

Sobre a igualdade de gênero, é verdade que professores e professoras foram educados e educadas em uma sociedade machista e sexista e, por conta disso, podem enfrentar desafios para promover a igualdade de gênero, inclusive as professoras, tendo em vista que foram socializadas por meio de normas e valores patriarcais que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres. Essa socialização pode levar a uma internalização desses valores, dificultando a conscientização e o questionamento dessas normas. Além disso, essas mulheres/professoras podem temer enfrentar ostracismo social, críticas ou repercussões negativas ao desafiar as normas estabelecidas. Um estudo realizado por Reinertsen et al. (2016) intitulado “Challenging gender norms and inequalities in the classroom: a qualitative study on the experiences of Norwegian female teachers” (Desafiando normas de gênero e desigualdades na sala de aula: um estudo qualitativo sobre as experiências de professoras norueguesas) revelou que muitas professoras enfrentam dificuldades em desconstruir seus próprios preconceitos e promover a igualdade de gênero devido à sua socialização anterior, influenciadas pelas normas e valores patriarcais desde a infância. A pesquisa apontou que, mesmo as professoras que estão cientes da importância da igualdade de gênero, podem se sentir inseguras ou despreparadas para abordar o tema com os alunos, especialmente quando se trata de discutir questões sensíveis ou enfrentar a resistência de estudantes que foram socializados de acordo com normas e valores patriarcais. No entanto, é importante ressaltar que, como seres humanos conscientes, todas as pessoas têm a capacidade de questionar e mudar suas próprias crenças e comportamentos.

Para tal, faz-se necessário trabalhar a questão da diversidade sexual e de gênero na formação inicial e continuada do educador. Sobre esse ponto, Tanno (2006, p. 8) acredita que “é preciso que os cursos de formação de professores derrubem paradigmas voltados para uma cultura conservadora e passem a promover a superação de qualquer atitude de intolerância”, com vistas a promover uma educação para a sexualidade pautada na afetividade, no respeito e na tolerância, bem como uma educação que valorize o reconhecimento da igualdade de gênero. Além disso, é fundamental que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com essas questões na sala de aula, o que envolve receber “treinamentos” específicos e atualizações regulares para estarem cientes das melhores práticas e políticas de inclusão. A formação contínua dos educadores é essencial para garantir um ambiente escolar seguro e inclusivo para todos os alunos.

Dessarte, o professor precisa refletir sobre si mesmo, conscientizando-se sobre o papel da escola na desconstrução e desmistificação do preconceito e da discriminação, visto que não é possível conscientizar alunos, pais e comunidade sobre o reconhecimento da legitimidade da “diferença” e da diversidade quando o próprio professor tem preconceitos. A mudança de atitude e de postura deve começar pelo educador, que precisa ter consciência de que o papel do profissional da educação não é o de julgar e estigmatizar pessoas e muito menos silenciar-se quando

testemunhar relações sociais discriminatórias e verbalizações de preconceitos. Ao contrário, ele é um personagem importantíssimo na luta pela cidadania e pelos direitos humanos, ainda negados na atualidade.

À vista disso, a formação docente é uma estratégia fundamental para a superação das desigualdades e o reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero na contemporaneidade. Através dela, o professor adquire conhecimentos e habilidades necessárias para lidar com as diferenças e garantir um ambiente inclusivo e igualitário dentro da sala de aula. Com essa finalidade, a formação docente, também, precisa envolver a compreensão teórica da importância da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. Nesse sentido, autores como Judith Butler (2018), destacam a necessidade de desconstruir estereótipos de gênero e de reconhecer que a identidade sexual é uma construção social, não sendo determinada apenas pela biologia.

Além do mais, teóricos como Paulo Freire (2014), defendem que a formação docente deve estar comprometida com a transformação social e a promoção da igualdade. Segundo ele, o professor deve ser um agente de conscientização e propiciar condições para que os alunos sejam sujeitos ativos na busca por uma sociedade mais justa. Em suma, ao embasar-se em teorias que desconstruam estereótipos de gênero e reconheçam a importância da igualdade, os professores tornam-se agentes de transformação e estão preparados para lidar de forma inclusiva com essas temáticas dentro da sala de aula.

Considerações finais

Vivemos numa sociedade racista, sexista e homofóbica, onde o preconceito e a discriminação podem ser percebidos ao longo da história da sociedade brasileira. Dessa forma, ao se trazer temas considerados polêmicos como a diversidade sexual e de igualdade de gênero para o debate, principalmente no campo da educação, dar-se uma maior visibilidade às discussões sobre preconceito e discriminação, buscando-se ações afirmativas e positivas para o fortalecimento de identidades. Ao compreender-se o universo da diversidade surgem possibilidades de entendimento das intolerâncias sobre as diferenças que motivam o silêncio e a marginalização de crianças e jovens dentro do âmbito escolar.

Assim, em dias atuais, as mudanças de atitudes e de comportamentos no que tange à questão da diversidade vem sofrendo mudanças, progressivamente. Conquistas foram alcançadas por intermédio de lutas árduas, mas ainda muito há por ser feito. As agressões morais, físicas, psicológicas praticadas contra homossexuais e contra mulheres ainda são uma constante, inclusive as violências contra pessoas que fogem aos padrões sexuais estabelecidos pela sociedade vão além das agressões supracitadas, tendo em vista que o ódio, a irracionalidade e a intolerância têm feito muitas vítimas fatais. O número de homicídios praticados contra homossexuais é assustador e, no Brasil, configuram-se num quadro de horrores, pois *ser* e assumir-se homossexual neste país é correr sérios riscos, inclusive o risco de ser assassinado. No mesmo sentido, a violência praticada contra mulheres, pautada na cresça de uma suposta “superioridade” masculina vem causando uma elevação assustadora nos casos de feminicídios.

Isto posto, a diversidade sexual e o reconhecimento da igualdade de gênero no cenário atual é uma realidade que demanda análise crítica e reflexão, sendo necessário questionar e desconstruir os padrões impostos pela sociedade, pois a diversidade não deve ser apenas tolerada, mas sim celebrada, respeitando a liberdade de escolha e os direitos de cada indivíduo. O desejo e a orientação sexual são denominações que se resultam das experiências e convivências sociais e pessoais, constituindo-se em fruto de como as pessoas se percebem, se sentem e absorvem o mundo a sua volta, assim como reconhecer a igualdade de gênero é possibilitar às mulheres construir seu próprio senso de empoderamento. Por tanto, anseios e desejos precisam ser respeitados, e a educação pode ser uma forte aliada para transformar a realidade que nos foi imposta.

Assim, diante desse contexto, acredita-se que a escola, enquanto espaço de formação, tem o papel de trabalhar valores, contribuindo para o reconhecimento e o fortalecimento de identidades, primando por uma sociedade mais igualitária e justa, sendo os educadores peças fundamentais na busca de mais essa conquista e, portanto, é preciso quebrar tabus, retirar a homossexualidade

do campo do proibido, do imoral, assim como retirar a condição de ser mulher do campo do “sexo frágil”. Em resumo, o papel da escola na valorização da diversidade sexual e no reconhecimento de gênero é vital para a promoção de uma sociedade mais democrática e livre de preconceitos e da discriminação.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>. Acesso em 05.nov.2023.

ARROYO, M. Escola, cidadania e direitos humanos. *In: Seminário de educação em direitos humanos da SECAD/MEC*. Educação em Direitos Humanos. 2007.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo sexo**. Trad. de Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 15.nov.2023.

BRASIL. **Lei de igualdade salarial**: Lei 14.611, de 03 de julho 2023. Disponível em <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-07-03;14611>. Acesso em 15.nov.2023.

BRASIL.IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 3ª edição. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf>. Acesso em: 05.nov.2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DURAN, G. **Educação inclusiva e diversidade sexual**: desafios e possibilidades. Revista Educação e Realidade, 2016. Versão impressa. ISSN: 0100-3143 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

FERRARI, A. **Revisando o passado e construindo o presente**: o movimento gay como espaço educativo. UFJF. GT: Movimentos Sociais e Educação/n.03. Ano 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09>. Acesso em 01.nov.2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GERALDO, L. **Educação sexual**: além da biologia. São Paulo: Editora X, 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

NASCIMENTO, L. A importância da escola na desconstrução de estereótipos e preconceitos ligados à diversidade sexual. *In: Seminário Nacional de Educação*, 2016.

HEILBORN, M. L. **Sexualidade e identidade**: entre o social e o pessoal. Sexualidade: corpo, desejo e cultura. Ciência hoje na escola, n.11. Rio de Janeiro: SBPC/Global Editora, 2001. p.38-41.

HALBERSTAM, J. A estranha arte do fracasso. Durham e Londres: Duke University Press, 2020. Disponível em https://www.academia.edu/42870801/A_ARTE_QUEER_DO_FRACASSO_JACK_HALBERSTAM. Acesso em 15.nov.2023.

JOCA, A. M.; TORRES, M. A.; REIDEL, M. **Educação e diversidade sexual**. Salto para o Futuro. Ano XXI, Boletim 04 – Maio, 2011. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/17562704-EduDiversidadeSexual.pdf>. Acesso em 04.nov.2023.

JUNQUEIRA, R. D. Diversidade sexual: o reconhecimento da diversidade sexual por uma melhor educação para todos. **Salto para o Futuro**, v. 15, p. 64-73, 2007. Disponível em <http://educacaosemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/o-reconhecimento-da-diversidade-sexual-por-uma-melhor-educacao-para-todos-nuh-ufmg-rogerio-junqueira1.pdf>. Acesso em 03.nov.2023.

QUEIROZ, M. A escola como espaço de acolhimento da diversidade sexual. **Revista Educação e Diversidade**, v. 8, n. 2, p. 55-62, 2018.

REINERTSEN, A., SVENDSEN, A. K., CAMP; Wold, K. H. **Challenging gender norms and inequalities in the classroom**: a qualitative study on the experiences of Norwegian female teachers. *Educational Review*, p. 362-376, 2016.

RAMOS, R. **Sexualidade e sociedade contemporânea**: a visão da sociedade sobre a sexualidade não padronizada. 1ª edição. 2020.

SANTOS, B. de S. **Políticas públicas para a educação Brasileira**: diversidade e inclusão na escola. Módulo 6. GUE 2007. Disponível em <http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14685&chapterid=11033>. Acesso em 01.nov.2023.

SANTOS, C. *et al.* **Diversidade sexual na escola e a homofobia**: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. In: *Fazendo Gênero 8 - corpo, violência e poder*. Florianópolis - SC, 2008. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST5/Santos-Ramos-Timm-Cabral-Lobo_05.pdf. Acesso em 02.nov.2023.

SANTOS, J. Família, escola e sociedade: o papel de cada um na formação dos indivíduos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 3, p. 63-70, 2017.

SILVA, J. A. **A vida nas cores do arco-íris**: a diversidade sexual e o espaço escolar na educação de jovens e adultos. In: *Seminário de EJA da PUC Rio: e uma educação pro povo, tem?* Rio de Janeiro: Caetés, 2010. v. 1. Material impresso.

TANNO, M. Â. dos R. S. **Projeto educativo**: o Combate a Homofobia no Curso de Formação de Professores e a Promoção da Educação Afetivo Sexual no Ensino Fundamental. *Enciclopédia Biosfera*, N.03, janeiro – junho 2006. Disponível em <http://www.conhecer.org.br/enciclop/7.pdf>. Acesso em 02.05.2014.

Recebido em 25 de janeiro de 2024.

Aceito em 21 de março de 2024.